

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. O Ministério Público do Trabalho é parte legítima para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, nos termos dos arts. 6º, inc. VII, alínea "d", e 83, inc. III, da Lei Complementar nº 75/1993.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis, SC, sendo recorrentes **1. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TURISMO, HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SITRATUH** e **2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e recorridos **1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e **2. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TURISMO, HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SITRATUH**.

Não resignados com o teor da decisão de primeira instância, na qual foram julgados parcialmente procedentes os pedidos elencados na inicial, interpõem recurso ordinário o réu (SITRATUH) e o autor (Ministério Público do Trabalho - MPT).

O réu, no recurso ordinário das fls. 212-249, requer, inicialmente, seja recebido o recurso no efeito suspensivo. Argui a preliminar de nulidade processual por cerceio do direito de defesa em face do indeferimento da produção de prova testemunhal. Suscita a preliminar de

incompetência funcional do Juízo de primeira instância para processar e julgar ação envolvendo pedido de nulidade de cláusula de convenção coletiva de trabalho (CCT), alegando ser a matéria de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Aduz ser de competência originária do TRT, processada por meio de dissídio coletivo, o julgamento de pedido para que o ente sindical se abstenha de propor, nas futuras negociações coletivas, cláusula impondo o pagamento de contribuições pelos não associados. Levanta a preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* do MPT para questionar o desconto nos salários da contribuição negocial, asseverando que tal legitimidade pertence exclusivamente aos trabalhadores não sindicalizados atingidos pelo referido desconto. Pretende o indeferimento da petição inicial e a consequente extinção do feito sem resolução do mérito, ao argumento de que é equivocado o procedimento escolhido pelo autor de buscar a anulação de cláusula convencional por meio de ação civil pública, apontando ser a ação anulatória o meio processual cabível. No mérito, alega ser lícita a previsão em instrumento coletivo de cobrança da contribuição negocial profissional dos trabalhadores não sindicalizados, visto que a assembleia geral autoriza seja entabulada negociação coletiva dirigida a toda a categoria profissional, e não apenas aos associados, na forma disposta nos arts. 462 e 513 da CLT e 7º, inc. XXVI, e 8º, inc. VI, da CRFB/1988. Argumenta que todos se beneficiam com as vantagens conquistadas pelo ente sindical, motivo por que não afronta o preceito constitucional de livre associação a cobrança de contribuição negocial de todos os integrantes da categoria. Suscita que é dever dos sindicatos atuar em prol de todos os membros da categoria. Argumenta que, nos moldes previstos no Precedente Normativo nº 74 do TST e no art. 545

da CLT, é lícita a cobrança de contribuição negocial dos empregados não associados quando assegurado a esses o direito de oposição. Aventa que o resultado da sentença significa ingerência sobre a autonomia sindical, vedada pelo que dispõe o inc. I do art. 8º da CRFB/1988. Pede que, em face do estampado no inc. XXVI do art. 7º da CRFB/1988 ("reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho"), seja dado efeito *ex nunc* à decisão de fundo que decretou a anulação/inexigibilidade de cláusula da CCT, excluindo-se da condenação a imposição de devolução das contribuições recolhidas dos empregados não associados. Postula a reforma da condenação referente à sua abstenção em propor, nas futuras negociações coletivas, de cláusula impondo a cobrança de contribuição aos empregados não associados, arrazoando que a lei veda que o Juiz estabeleça obrigações para eventos futuros e incertos. Aduz que a sentença é obscura e, portanto, nula, porquanto não define, após o cumprimento da obrigação, qual o destino do valor a ser depositado em favor do juízo referente ao desconto dos salário dos empregados não associados. Argumenta que recebe a contribuição negocial via banco em valor globalizado, não lhe possibilitando identificar qual parte do montante se refere aos trabalhadores não sindicalizados, tornando a condenação inexecutável. Pede, por fim, seja excluída a multa pelo descumprimento da obrigação de fazer ou, sucessivamente, seja limitada ao montante equivalente ao valor dado à causa.

O autor, a seu turno, no recurso ordinário das fls. 277-278, argumenta ser contraditória a sentença ao rejeitar o pedido de destituição de Fausto Schmidt do cargo de presidente do SITRATUH, ao invés de declarar a carência de

ação por ilegitimidade passiva *ad causam* e extinguir o feito sem resolução do mérito quanto ao tópico. Aduz que, ao julgar improcedente o pleito em epígrafe, haverá a figura da coisa julgada material, impedindo que tal questão seja discutida em nova lide. Nesses termos, pede seja extinto sem resolução do mérito, na forma disposta no art. 267, inc. VI, do CPC, o pedido de destituição do presidente do SITRATUH do seu cargo.

O autor apresenta contrarrazões (fls. 274-276), não recebidas pelo Juízo de primeiro grau, por intempestivas.

Contrarrazões são apresentadas pelo réu (fls. 281-283), momento em que argui a intempestividade do recurso ordinário interposto pelo autor. No mérito, pugna pela manutenção da decisão de fundo no ponto atacado pelo autor.

O Ministério Público do Trabalho, na atuação como *custos legis*, manifesta-se pelo prosseguimento do feito (fl. 285).

É o relatório.

V O T O

Não conhecimento do recurso do autor por intempestivo. Arguição do réu nas contrarrazões

Suscita o réu em contrarrazões não seja conhecido o recurso do autor, por intempestivo.

Sem razão.

O MPT tem prazo em dobro para recorrer, na forma estampada no art. 188 do CPC, dispositivo aplicável ao direito processual do trabalho por força do disposto no art. 769 da CLT.

O MPT tomou ciência da decisão de primeira instância em 05/11/2010 (fl. 272) e interpôs recurso ordinário em 19/11/2010, antes, portanto, de findo o dobro do prazo de 8 dias disposto no art. 895, inc. I, da CLT.

Ultrapassado esse ponto, e porque satisfeitos os demais pressupostos legais de admissibilidade, conheço dos recursos ordinários e das contrarrazões apresentadas pelo réu.

P R E L I M I N A R E S

1. Efeito suspensivo

Requer o réu que, quando recebido o recurso, seja conferido efeito suspensivo à sentença que ratificou a antecipação dos efeitos da tutela concedida por meio do despacho das fls. 24-25, alegando que a determinação de se efetuar o depósito das contribuições negociais recolhidas durante a vigência da CCT 2009/2010 lhe causará ruína financeira. Sustenta, ainda, não estar presente a fumaça do bom direito.

Sem razão.

A regra geral da processualística trabalhista é a de se conferir efeito meramente devolutivo aos recursos, conforme dispõe o art. 899 da CLT, não havendo por que adotar sistemática diferente no caso em tela.

Além disso, mais premente do que manter a estabilidade financeira do ente sindical é a necessidade de se garantir a devolução aos empregados não associados da parte da remuneração descontada atinente à contribuição negocial, tendo em vista a natureza alimentícia dos salários.

No tocante à alegada fumaça do bom direito, a jurisprudência consolidada do TST e do STF vão ao encontro da tese da parte autora, motivo a mais para o recebimento do apelo no seu efeito devolutivo.

Rejeito a arguição.

2. Incompetência funcional do Juízo de primeira instância e inépcia da inicial

Argui o réu a preliminar de incompetência funcional do Juízo de primeira instância para processar e julgar ação envolvendo pedido de nulidade de cláusula de instrumento coletivo, asseverando ser matéria de competência originária do TRT. Suscita, ainda, ser de competência originária do TRT, a ser processado por meio de dissídio coletivo, o julgamento de pedido para que o ente sindical se abstenha de propor, nas futuras negociações coletivas, cláusula impondo o pagamento de contribuições pelos não associados. Alega que a petição inicial é inepta em razão de o autor buscar a anulação de cláusula convencional por meio de ação civil pública, apontado ser a ação anulatória o meio processual cabível.

Sem razão.

Ao contrário do aventado pelo réu, o MPT,

por meio da presente ação civil pública, não pretende a anulação de cláusula de instrumento coletivo, mas, sim, busca a declaração da inexigibilidade de cobrança da contribuição negocial profissional prevista em CCT em face dos empregados não associados ao sindicato-réu; a condenação ao depósito em juízo dos valores recolhidos a esse título; a imposição de divulgação em jornal de grande circulação do deferimento da tutela pretendida; a imputação de exigência de que os boletos bancários emitidos pelo réu contenham a advertência de que a contribuição negocial será devida apenas pelos empregados sindicalizados; a exigência de que o réu se abstenha de exigir novos descontos e que deixe de instituir nos futuros instrumentos coletivos cláusula dispondo sobre a cobrança de contribuição negocial dos não associados; a destituição do atual presidente do sindicato em face de irregularidades; e a imposição de multa por eventual descumprimento da ordem judicial (fls. 19-21 da exordial).

Com efeito, tivesse o autor buscado a anulação de cláusula de instrumento coletivo, seria a ação anulatória o remédio jurídico cabível (art. 83, inc. IV, da Lei Complementar nº 75/1993), de competência funcional originária do TRT, por força do disposto no art. 678 da CLT, aplicado de forma analógica ao tema em tela, conforme a remansosa jurisprudência no TST.

É cediço que a ação anulatória tem como resultado decisão de cunho meramente declaratório, não sendo este, conforme já expendido, o único objetivo do autor com o ajuizamento da presente demanda, por meio do qual pretende também o provimento jurisdicional condenatório, o que revela ser a via eleita pelo autor - a ação civil pública - o meio

processual idôneo, por força do estampado no art. 3º da Lei nº 7.347/1985, que prevê ser objeto da ação civil pública o pedido de condenação em dinheiro e o pleito de cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

O predito Diploma Legal revela que a ação civil pública tem natureza de dissídio individual, com o objetivo de reparação de interesses transindividuais (gênero dos quais os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos são espécie), motivo pelo qual a sua propositura é feita nas Varas do Trabalho, não se confundindo com dissídio coletivo, que tem como foco as organizações sindicais, a negociação coletiva e os conflitos coletivos.

Logo, por visar a presente medida ao resguardo de direitos transindividuais, envolvendo pedido de ordem pecuniária e o pleito de cumprimento de obrigações de fazer e não fazer, em consonância com o disposto no art. 3º da Lei nº 7.347/1985, correto o meio processual utilizado pelo MPT de ajuizamento de ação civil pública, não se cogitando a decretação de inépcia da inicial.

De igual forma, sendo a ação civil pública a via correta para a tutela dos direitos invocados, inegável ser do Juízo de primeiro grau a competência originária para processar e julgar a causa.

Diante do exposto, rejeito a preliminar.

3. Ilegitimidade ativa *ad causam* do MPT

Suscita o réu ser o MPT parte ilegítima para questionar o desconto nos salários da contribuição

negocial, asseverando que tal legitimidade pertence exclusivamente aos trabalhadores não sindicalizados atingidos pelo referido desconto.

Razão não lhe socorre.

A legitimação para a causa do MPT em tema de ação civil pública decorre de expressa previsão legal.

O art. 129, inc. III, da CRFB/1988 prevê a legitimidade do Ministério Público para "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos".

A Lei Complementar nº 75/1993, em seu art. 6º, inc. VII, alínea "d", dispõe que ao MPT compete "promover o inquérito civil e a ação civil pública para outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos".

Segundo o art. 83, inc. III, da mesma Lei Complementar, o MPT tem legitimidade ativa para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos".

De acordo com o art. 81 da Lei nº 8.078/1990, direitos coletivos são os "transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica-base". Ainda conforme o mesmo artigo, direitos difusos são os "transindividuais, de natureza

indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato". Já os direitos individuais homogêneos são os "decorrentes de origem comum".

Na lição de Francisco Antonio de Oliveira (*in* "Medidas cautelares, procedimentos especiais, mandado de segurança coletivo...: doutrina e jurisprudência, 4. ed, São Paulo: LTr, 2008, p. 340), citando Hugo Nigro Mazzilli:

que 'por difuso se quer, portanto, entender o interesse de um grupo de pessoas, entre as quais não há vínculo jurídico ou fático muito preciso, constituindo-se de um grupo de certa forma menos determinado de pessoas'. Lembra 'que os mais autênticos interesses difusos - o exemplo, por excelência, é do meio ambiente - não podem deixar de ser incluídos como pertencentes, *lato sensu*, à categoria do interesse público'. Descendo ao interesse coletivo, de abrangência menor, afirma o autor que 'o interesse coletivo é aquele que atinge uma categoria determinada ou pelo menos determinável de indivíduos, como a dos associados de uma entidade de classe, a dos consumidores lesados no uso de algum produto'. Ambos - difusos e coletivos - são transindividuais. Os interesses difusos são indeterminados e a sua natureza é indivisível. Permanecem em estado fluido e dispersos pela sociedade como um todo. Já os interesses coletivos são determinados ou pelo menos determináveis e estão interligados por uma relação jurídica de interesse do grupo, mas presente a indivisibilidade. A litigiosidade está presente em ambos.

Relativamente aos direitos individuais homogêneos, Geisa de Assis Rodrigues (*in* "Ação civil pública e

termo de ajustamento de conduta: teoria e prática", Rio de Janeiro, Forense, 2006, p. 50) apresenta as seguintes características:

a) são direitos individuais de parcela relevante da sociedade, isto é, um número considerável de pessoas, determinável ou de difícil determinação, tem sua esfera jurídica atingida no caso de lesão desses direitos; b) os direitos existem a partir de um núcleo comum de questões de fato e de direito, o que permite a defesa de um padrão abstrato e genérico de direito, uma vez que as discrepâncias entre as situações vividas por cada um são pouco significativas, se comparadas com a identidade das situações, mas não há vínculo jurídico entre estes; c) sua incidência social é tão relevante que a tutela coletiva é a única adequada para garanti-los; d) a disponibilidade do direito no âmbito individual não afeta a tutela coletiva; e) a reparabilidade é direta aos interessados; f) na maior parte dos casos tem natureza patrimonial, mas nada obsta a ocorrência de direitos individuais homogêneos extrapatrimoniais, como no caso de reparação dos danos morais causados a várias vítimas pela aquisição de um produto defeituoso.

A presente ação civil pública foi proposta pelo MPT com o objetivo de obstar o desconto, dos salários dos trabalhadores não associados integrantes da categoria profissional representada pelo sindicato-réu, de contribuição negocial prevista em CCT, direito que se busca tutelar classificado como individual homogêneo, pois possui origem comum e torna possível a determinação imediata dos empregados que pretensamente foram prejudicados.

Com efeito, os direitos individuais homogêneos poderiam ser defendidos isoladamente por seus titulares, entretanto, em face da homogeneidade e da origem comum, está autorizada a prática da ação civil pública.

Não existe controvérsia quanto à legitimidade do MPT para defender interesses difusos e coletivos em juízo. Embora exista debate sobre o assunto, a doutrina tem se posicionado pela legitimidade ativa *ad causam* do MPT para propor ação civil pública visando assegurar direitos individuais homogêneos.

Nesse sentido é o ensinamento de Mauro Schiavi (*in* "Manual de Direito Processual do Trabalho", São Paulo: LTr, 2008, p. 914):

Quanto à legitimidade do Ministério Público do Trabalho para defesa de direitos individuais homogêneos na esfera trabalhista, há certo dissenso na doutrina e jurisprudência, uma vez que o interesse é divisível e, em regra, disponível. Além disso, há uma tendência doutrinária de se prestigiar a tutela do direito individual homogêneo na esfera trabalhista, a cargo dos Sindicatos (art. 8º, III, da CF).

Não obstante, a nosso ver, o interesse individual homogêneo é uma subespécie de interesse transindividual arrolado no art. 81 da Lei n.º 8.078/90, tendo, portanto, feição coletiva. Além disso, o art. 129, III, da Constituição Federal atribui legitimidade ao Ministério Público 'para promover o inquérito

civil público e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos' (o grifo é nosso). Ora, outros interesses coletivos somente podem ser os interesses individuais homogêneos. Em suma, quando há lesão individual homogênea, há o interesse social que justifica a legitimidade do *Parquet*.

Nesse mesmo norte, Geisa de Assis Rodrigues afirma (*opus cit*, p. 76):

Apesar a existência de vivas controvérsias sobre a legitimidade ativa do Ministério Público na defesa dos direitos individuais homogêneos, consideramos admissível a atuação judicial do Ministério Público em favor da promoção desses direitos.

A jurisprudência do TST não dá margem a dúvidas:

RECURSO DE REVISTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - PROVIMENTO. Ao rejeitar a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a defesa judicial de direitos coletivos dos trabalhadores direitos individuais homogêneos o acórdão afastou-se da interpretação conferida aos artigos art. 83, III, da Lei Complementar nº 75/93; 81, III, da Lei nº 8.078/90; 127 e 129, III, da Constituição pelas Cortes Superiores. Precedentes do STF e do TST. Recurso de Revista conhecido e provido. (Processo RR - 73.248/2003-900-02-00, Relatora Ministra: Maria

Cristina Irigoyen Peduzzi, Publicação: DJ 29/05/2009)

RECURSO DE REVISTA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO. DIREITOS A SEREM ASSEGURADOS PELA SUCESSORA AOS EMPREGADOS DA SUCEDIDA. A decisão recorrida encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Trabalhista, no sentido de que o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública visando a resguardar direitos e interesses individuais homogêneos. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (Processo RR - 313/2000-006-01-00, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Publicação: DJ 22/05/2009)

Assim, entende-se pela legitimidade ativa do MPT para promover a presente demanda.

Rejeito a preliminar.

4. Cerceio do direito de defesa

Argui o réu a preliminar de nulidade processual por cerceio do direito de defesa em face do indeferimento da produção de prova testemunhal, por meio da qual pretendia comprovar que o ente sindical e o seu presidente não criaram óbice para o recebimento das cartas de oposição ao desconto da contribuição negocial e que não insultaram os trabalhadores que compareceram à sede do sindicato.

Razão não lhe assiste.

O art. 130 do CPC ampara a decisão do Juiz em determinar as provas necessárias à instrução do processo, bem assim a de indeferir as inúteis ou meramente protelatórias. No mesmo sentido, o art. 765 da CLT dispõe que o Juízo "terá ampla liberdade na direção do processo e velará pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas".

No presente caso, a questão que o réu pretendia dirimir com a oitiva de testemunhas não teve influência na decisão de fundo, cujo robusto fundamento foi no sentido de que a cobrança de contribuição negocial dos trabalhadores não associados importou ferimento ao direito constitucional de livre associação e sindicalização, matéria eminentemente de direito.

Destaco que o pedido formulado na inicial que poderia ensejar a produção de prova oral - destituição do atual presidente do SINTRATUH do seu cargo em face das irregularidades de gestão - foi rechaçado em sentença, cujo mérito nem sequer foi objeto de recurso ordinário pelo autor. Logo, a nulificação dos atos processuais e a reabertura da instrução processual, no particular, mostra-se despicienda em relação ao réu.

Rejeito a preliminar.

**5. Ausência de pressuposto processual para
constituição e desenvolvimento válido e
regular do processo**

O MPT, como *custos legis*, suscita na sessão de julgamento seja reconhecida de ofício a ausência de

pressuposto processual para constituição e desenvolvimento válido e regular do processo diante da ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário com a citação do presidente do sindicato-réu inerente ao seu pedido de destituição, pugnando pela extinção do feito sem resolução, nesse particular.

Não merece guarida a arguição, tendo em vista o entendimento unânime dos Magistrados integrantes da 3ª Câmara no sentido de que o pedido de destituição do Presidente da ré, formulado em face da associação, não é hipótese de litisconsórcio necessário de que cuida o art. 47 do CPC.

Rejeita-se a arguição.

M É R I T O

RECURSO ORDINÁRIO DO RÉU

**Contribuição negocial profissional.
Cobrança dos trabalhadores não associados**

Insurge-se o réu contra a condenação relativa às seguintes obrigações de fazer e não fazer a ele impostas: (verso da fl. 197):

- a) depositar em Juízo os valores descontados dos salários dos não sindicalizados, referentes à contribuição negocial profissional estipulada na CCT 2009/2010;
- b) b) que se abstenha de recolher, sob qualquer hipótese, aos seus cofres, os valores, caso já descontados, dos não-sindicalizados, referentes à contribuição negocial profissional;

c) c) que se abstenha de propor, nas futuras convenções coletivas de trabalho ou acordos coletivos de trabalho, cláusulas impondo o pagamento de contribuição confederativa, ou qualquer outra nomenclatura a esta substitutiva, aos trabalhadores integrantes da categoria e que não sejam filiados ao réu, ainda que venha a ser instituída por assembleia geral.

Rebela-se, também, contra a multa imputada na hipótese de descumprimento das transcritas obrigações, no importe de R\$ 1.000,00 por infração por dia até o limite de R\$ 50.000,00 por trabalhador integrante da categoria prejudicado.

Sustenta o réu ser lícita a previsão em instrumento coletivo de cobrança da contribuição negocial profissional dos trabalhadores não sindicalizados, arrazoando que a assembleia geral autoriza seja entabulada negociação coletiva dirigida a toda a categoria profissional, e não apenas aos associados, na forma disposta nos arts. 462 e 513 da CLT e 7º, inc. XXVI, e 8º, inc. VI, da CRFB/1988.

Aduz que o sindicato atua em prol de toda a categoria e que todos se beneficiam com as vantagens conquistadas pelo ente sindical, motivo por que não afronta o preceito constitucional de livre associação a cobrança de contribuição negocial de todos os integrantes da categoria.

Alega ter assegurado o direito de oposição, o que torna lícita a cobrança da contribuição em debate dos não associados, nos moldes previstos no Precedente Normativo nº 74 do TST e no art. 545 da CLT.

Suscita que o resultado da sentença significa ingerência sobre a autonomia sindical, situação vedada pelo que dispõe o inc. I do art. 8º da CRFB/1988.

Pede que, em face do estampado no inc. XXVI do art. 7º da CRFB/1988, seja dado efeito *ex nunc* à decisão de fundo que decretou a inexigibilidade de cláusula da CCT, excluindo-se da condenação a imposição de devolução das contribuições recolhidas dos empregados não associados.

Postula a reforma da condenação referente à sua abstenção em propor, nas futuras negociações coletivas, de cláusula impondo a cobrança de contribuição aos empregados não associados, arrazoando que a lei veda que o Juiz estabeleça obrigações para eventos futuros e incertos.

Aduz que a sentença é obscura e, portanto, nula, porquanto não define, após o cumprimento da obrigação, qual o destino do valor a ser depositado em favor do juízo referente ao desconto dos salário dos empregados não associados.

Argumenta que recebe a contribuição negocial via banco em valor globalizado, não lhe possibilitando identificar qual parte do montante se refere aos trabalhadores não sindicalizados, tornando a condenação inexecutável.

Pede, por fim, seja excluída a multa pelo descumprimento da obrigação de fazer ou, sucessivamente, seja limitada ao montante equivalente ao valor dado à causa.

Razão não lhe socorre.

À exceção da contribuição sindical prevista no Capítulo III do Título V da CLT (art. 578 e seguintes), que tem caráter compulsório e natureza de tributo, as demais fontes de receitas sindicais (contribuições assistencial, confederativa e associativa) não são de imposição a todos os integrantes da categoria, pois, muito embora também encontrem previsão legal, não tem a sua fonte na lei, sendo estabelecidas e regulamentadas por instrumentos coletivos ou pelo estatuto do sindicato, não se integrando, portanto, ao regime jurídico tributário.

Nesse norte foi construída a jurisprudência no sentido de que fere o direito de livre associação estampado nos arts. 5º, inc. XX, 7º, inc. VI, e 8º, inc. V, da CRFB/1988 o estabelecimento, por meio de cláusula coletiva, de contribuição em favor de ente sindical, a que título for, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Em que pese a atuação do ente sindical em prol de todos os integrantes da categoria, não pode o sindicato vir cobrar contribuição de trabalhadores exercentes do direito constitucional de não associação.

A questão está pacificada perante a mais alta Corte Trabalhista, por meio do consubstanciado na Orientação Jurisprudencial (OJ) nº 17 e no Precedente Normativo (PN) nº 119, ambos da SDC do TST, *in verbis*:

OJ nº 117 da SDC do TST. CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SINDICAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA EXTENÇÃO A NÃO ASSOCIADOS. As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade

sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.

PN nº 119 da SDC do TST. CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - INOBSERVÂNCIA DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados.

Quanto à existência de cláusula de instrumento coletivo garantindo aos empregados o direito de oposição contra a cobrança da contribuição negocial (cláusula nº 33 da CCT 2009/2010), destaco que o Precedente Normativo da SDC do TST que previa tal hipótese (PN nº 74) há muito foi cancelado (sessão da SDC de 02/06/1998 - homologação Res. 81/1998, DJ 20.08.1998).

O resultado do julgado de primeira instância, mantido pelo Juízo *ad quem*, não pode ser visto como afronta à autonomia do ente sindical previsto no inc. I do art. 8º da CRFB/1988. A Constituição deve ser interpretada de

forma sistemática, de modo que um preceito não se sobreponha a outro, mediante o exercício de hermenêutica que torne o Texto Magno harmônico. Em face disso, não há considerar que a autonomia sindical seja ampla a tal ponto de sobrepujar o direito de livre associação. De igual forma, não há cogitar que o reconhecimento das convenções e acordos coletivos do trabalho de que cuida o inc. XXVI do art. 7º da CRFB/1988 confira ao ente sindical o direito de ferir o preceito da livre associação.

Destaco que não se pretende declarar a nulidade, por inconstitucionalidade, de cláusulas de instrumento coletivo; faz-se, ao revés, exercício de hermenêutica que as tornem sincrônicas com o ordenamento jurídico.

Não prospera o pedido de concessão de efeito *ex nunc* à decisão de fundo que decretou a inexigibilidade de cláusula da CCT, visto que a irregularidade que se pretende corrigir na via judicial teve nascedouro com a formalização do instrumento coletivo.

Ao contrário do aventado em recurso, não significa comando judicial incerto atinente a evento futuro a obrigação estampada em sentença de que o réu se abstenha de propor, nas futuras negociações coletivas, de cláusula impondo a cobrança de contribuição aos empregados não associados, visto que se trata de típica obrigação de não fazer albergada pelo que dispõe o art. 461 do CPC, com força de título executivo judicial, na forma do art. 475-N, inc. I, do mesmo Diploma Legal.

Não há falar em nulidade da sentença, por obscuridade, no tocante ao destino dos valores a serem depositados em juízo referentes ao desconto dos salários dos empregados não associados, uma vez que os fundamentos da sentença deixam assente que o desfecho será o de restituição aos favorecidos de tal montante, mediante procedimento ordinatório. Tal questão foi, inclusive, dirimida por meio do julgamento dos embargos de declaração, tendo o Juízo de primeiro grau expendido que, na existência de desconto indevido da contribuição em debate, os valores serão devolvidos aos empregados não sindicalizados (fl. 209, verso).

Não merece guarida o argumento recursal de que a decisão judicial é inexecutável em virtude de receber a contribuição negocial via banco em valor globalizado, sem a possibilidade de identificar a parte do montante correspondente aos trabalhadores não sindicalizados, reporto-me às razões lançadas pelo Juízo *a quo* (fl. 35) de que é inegável que o réu detém informações quanto ao número de empregados integrantes da categoria e o quantitativo de associados (e, por exclusão, de não associados), bem como o conhecimento do salário-base pago a eles, pois não se cogita que o sindicato não exerça nenhum controle ou fiscalização quanto às receitas por ele arrecadadas.

Não há falar em exclusão da multa devida na hipótese de descumprimento das obrigações de fazer e não fazer, visto que o § 4º do art. 461 do CPC admite a imposição de multa pelo Juízo, a pedido da parte ou de ofício, com o fito de garantir a eficácia do comando judicial.

Também não prospera o pleito de limitação

da multa ao valor dado à causa, porquanto a indigitada multa tem natureza de *astreintes*, não se confundindo com cláusula penal, esta com limitação prevista em lei (art. 412 do Código Civil). Em virtude da natureza coercitiva das *astreintes*, considero não ser excessivo o montante fixado em primeira instância a esse título. A multa não pode ser irrisória de modo que não exerça coerção suficiente sobre o réu a obrigá-lo ao cumprimento da obrigação.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao recurso ordinário do réu.

RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR

Ilegitimidade passiva *ad causam* do presidente do sindicato-réu

O autor postula seja extinto o feito sem resolução do mérito, em face de carência da ação por ilegitimidade passiva *ad causam* no tocante ao pedido de destituição do presidente do SITRATUH. Alega ser contraditória a sentença que, no mérito, rejeitou o pedido de destituição de Fausto Schmidt do cargo de presidente do SITRATUH, sob o fundamento de que esse não figurou no polo passivo da demanda. Aduz que a improcedência do pleito formará coisa julgada material, obstando que a questão seja discutida em nova lide.

O Juízo de primeira instância analisou o pleito em debate sob dois aspectos: o primeiro de ordem processual, em virtude de a demanda não ter sido ajuizada em

face do presidente do sindicato-réu; e o segundo de ordem material, ao *dúplice* fundamento de que a conduta do presidente do ente sindical não é passível de responsabilização penal e de que cabe aos representados, em respeito ao processo democrático, dirimir sobre a destituição ou não do presidente (fl. 197).

Na sentença resolutiva de embargos de declaração, o Juízo *a quo* reafirmou os fundamentos da sentença e esclareceu que a hipótese não é de extinção do pedido sem resolução do mérito por ilegitimidade de parte, uma vez que havia pleito formulado pelo MPT em face do réu de destituição de seu presidente, bem como ressaltou que não há cogitar o estabelecimento de coisa julgada, porque não haveria identidade de partes caso o MPT venha a mover ação com igual pedido indicando como réu o presidente do SITRATUH.

Entendo que a decisão de fundo merece ser mantida, visto que a questão de ordem processual levantada pelo Juízo de primeira instância para o indeferimento do pedido de destituição do presidente do sindicato-réu não foi ser ele parte ilegítima para figura no polo passivo da demanda, mas, sim, não ser possível a sua condenação em virtude de não ter sido indicado como parte ré na petição inicial.

Em que pese tenha o Juízo de primeiro grau levantado também questões de ordem material para o indeferimento do pedido de destituição do presidente do sindicato-réu, verifico que o título executivo judicial envolve apenas as partes MPT e SITRATUH, sendo cediço que não fazem coisa julgada os motivos da sentença, mesmo quando

importantes para o deslinde da sua parte dispositiva (art. 469, inc. I, do CPC).

Não constando o presidente do sindicato como réu da presente ação, não há óbice, como bem ressaltou o Juízo de primeira instância, para que o MPT ajuíze nova ação em face daquele pedindo a sua destituição do cargo, porquanto a falta de identidade de partes desconfigura a hipótese de litispendência ou de coisa julgada (art. 301, §§ 1º a 3º, do CPC).

Nego provimento ao recurso ordinário do autor.

Mantenho o valor provisório arbitrado à causa. Custas na forma definida em sentença.

Pelo que,

ACORDAM os Juízes da 3ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por unanimidade, rejeitar a arguição de não-conhecimento do recurso do autor suscitada pelo réu em contrarrazões e **CONHECER DOS RECURSOS**; o Ministério Público do Trabalho, suscita a preliminar de ausência de pressuposto processual para constituição e desenvolvimento válido e regular do processo diante da ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário com a citação do presidente do sindicato-réu inerente ao seu pedido de destituição, pugnando que o processo, a respeito dessa matéria, fosse extinto sem resolução de mérito, sendo, por unanimidade, rejeitada; por igual votação, rejeitar as preliminares de concessão de efeito suspensivo à sentença; incompetência funcional do Juízo de primeira instância;

inépcia da inicial; ilegitimidade ativa *ad causam* do Ministério Público do Trabalho; e cerceio do direito de defesa, arguidas em recurso, pelo réu. No mérito, sem divergência, **NEGAR-LHES PROVIMENTO**. Manter o valor provisório arbitrado à condenação e às custas, na forma definida em sentença.

Intimem-se.

Participaram do julgamento realizado na sessão do dia 01 de junho de 2011, sob a presidência da Exma. Juíza Lourdes Dreyer, os Exmos. Juízes Mari Eleda Migliorini e Amarildo Carlos de Lima. Presente a Exma. Dra. Teresa Cristina D. R. dos Santos, Procuradora do Trabalho.

Florianópolis, 27 de junho de 2011.

LOURDES DREYER

Relatora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO